

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.126 - SP (2019/0234809-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BLUE SOL ENERGIA SOLAR LTDA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO AMBIEL - SP156645
ALOISIO COSTA JUNIOR E OUTRO(S) - SP300935
AGRAVADO : SUNEDISON BRASIL ENERGIA LTDA
ADVOGADOS : GILBERTO FRAGA - RJ071448
PEDRO IVO GAMA SILVA DE SOUZA MATTOS - RJ170960
VIVIANNE ZALMON ROSENBERG E OUTRO(S) - RJ208363
ILAN MACHTYNGIER - SP413697

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO. PROTESTO. DANO MORAL INCABÍVEL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO NOS MOLDES LEGAIS. INDICAÇÃO DE ÓBICE SUMULAR EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 518 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 85, § 11, DO NCPC. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

DECISÃO

BLUE SOL ENERGIA SOLAR LTDA. (BLUE SOL) ajuizou ação de fazer c/c pedido de indenização contra SUNEDISON BRASIL ENERGIA LTDA. (SUNEDISON), em decorrência de protesto ocorrido após parcelamento de dívida.

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes para determinar a baixa dos protestos das parcelas vincendas. Em virtude da sucumbência recíproca, os honorários advocatícios foram fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ, fls. 135/138).

O Tribunal bandeirante deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto por BLUE SOL, em acórdão que ficou assim ementado:

Apelação Cível. Ação de obrigação de fazer c.c indenizatória. Protestos. Sentença de parcial procedência, que determinou a baixa dos protestos das parcelas vincendas. Inconformismo da autora. Pretensão à condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais. Impossibilidade. Credora que não é obrigada a aguardar o vencimento de todas as prestações para

Superior Tribunal de Justiça

exigir a totalidade da dívida. Inadimplemento que gera o vencimento antecipado das parcelas. Exegese do art. 1.425, inciso III, do Código Civil. Inteligência do artigo 939 do CC. Direito da credora à persecução imediata dos prejuízos. Protestos que não configuraram ato ilícito e não deveriam ser baixados. Ausência de recurso da ré. Determinação de baixa mantida. Honorários advocatícios fixados em desconformidade com a norma legal. Fixação no mínimo de 10% do valor da causa para cada advogado.

Valor corrigido em relação aos honorários do patrono da autora. Vedação à reformatio in pejus. Ausência de insurgência do patrono da ré. Condenação de cada parte ao pagamento do patrono adverso. Art. 85, § 14, do CPC. Sentença reformada em parte.

Recurso parcialmente provido (e-STJ, fl. 181).

Os embargos declaratórios opostos por BLUE SOL foram rejeitados (e-STJ, fls. 193/196).

BLUE SOL interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando a violação do art. 85, § 11, do NCPC, por entender, em suma, que (1) a parte recorrida deve ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais; (2) os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser majorados independentemente da parcial procedência da ação (e-STJ, fls. 180/188).

Não foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 253).

O apelo nobre não foi admitido. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial por BLUE SOL.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 272/288).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Do dissídio jurisprudencial – indenização por dano moral

Superior Tribunal de Justiça

Insurge-se BLUE SOL sustentando a existência de divergência jurisprudencial acerca da incidência de dano moral em protesto indevido.

O dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional não foi demonstrado nos moldes legais.

Com efeito, além de indicar o dispositivo legal supostamente violado pelo acórdão recorrido, ou que recebeu interpretação diversa por Tribunais pátrios, é necessário transcrever os julgados apontados como paradigmas, bem como realizar o indispensável cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que a BLUE SOL não se desincumbiu dessa tarefa, pois **não indicado o dispositivo de lei federal** e não realizado o cotejo analítico capaz de comprovar a similitude fática dos casos confrontados, ou seja, deixou de demonstrar em quais circunstâncias o caso confrontado e os paradigmas trazidos à colação aplicaram diversamente o mesmo direito, sobre a mesma base fática.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. DEMORA NO PAGAMENTO DO SEGURO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não merece conhecimento, pois, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

2. O aresto combatido, tendo em vista o conjunto fático-probatório coligido, concluiu pela inexistência do dano moral. Rever tal conclusão encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 370.317/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 10/6/2014, DJe de 16/6/2014 - sem destaques no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

*ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.
TEMPESTIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DISSÍDIO
JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO.
ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83
DA SÚMULA DO STJ.*

[...]

3. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio que não esteja comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp nº 481.270/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. 27/5/2014, DJe de 12/6/2014 - sem destaques no original)

Ademais, o recurso especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar compreendido na expressão "lei federal", constante do art. 105, III, *a*, da CF, conforme previsto na Súmula nº 518 desta Corte: *Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.*

Dessa forma, é impossível o conhecimento do recurso lastreado pela alínea *c* do permissivo constitucional.

(2) Da alegada ofensa ao art. 85, §11, do NCPC

BLUE SOL, sustentando a violação do art. 85, § 11, do NCPC, alegou, em suma, que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser majorados independentemente da parcial procedência da ação.

O Tribunal bandeirante, ao apreciar a questão por ocasião dos embargos de declaração opostos, assim concluiu:

No caso, não há vencedor exclusivo da demanda na origem a justificar a majoração dos honorários, vez que a ação foi julgada parcialmente procedente, com a condenação da sucumbência recíproca, readequada em Acórdão (e-STJ, fl. 196).

Tem-se que a decisão recorrida não destoou da jurisprudência desta Corte Superior, pois se firmou no sentido de que a majoração da verba honorária somente é devida quando estiverem presentes os seguintes requisitos: decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016; recurso não conhecido integralmente ou desprovido; e condenação em honorários sucumbenciais desde a origem no feito em que interposto o recurso.

Tendo em vista a procedência parcial do recurso, não é possível a

Superior Tribunal de Justiça

aplicação do art. 85, § 11, do NCPC para majorar a verba honorária.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRACONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

*5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) **recurso não conhecido integralmente ou desprovido**, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso. (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Segunda Seção, DJe 19/10/2017 – sem destaque no original)*

Desse modo, conclui-se que a solução jurídica dada à espécie pelo TJSP está em consonância com a jurisprudência aqui dominante, colhendo a incidência da Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, *o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator